



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Mato Grosso do Sul

TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I PREGÃO Nº 11/2020 – ELETRÔNICO

CAPÍTULO I - DO OBJETO

1. O presente Termo de Referência tem por objeto determinar as condições que disciplinarão a aquisição de **Vacinas contra Influenza – CEPAS 2020**, bem como contratação de empresa para aplicação das vacinas (gesto vacinal) e armazenamento das doses adquiridas, doravante denominado apenas vacinas e/ou serviços, pelo Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul.

2. A aquisição das vacinas/serviços será realizada mediante licitação na modalidade de PREGÃO, em sua forma eletrônica, do tipo menor preço, conforme condições do Edital e deste Termo de Referência.

CAPÍTULO II – DAS VACINAS, SERVIÇOS, ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADE E PREÇOS MÁXIMOS.

1. A descrição das vacinas/serviços a serem adquiridos e contratados, respectivas quantidades e preços máximos admitidos pelo TRE/MS, estão indicados abaixo.

| ITEM | DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS | | |
|---------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|--------------------|
| 01 | VACINA CONTRA INFLUENZA QUADRIVALENTE – CEPAS 2020 (sem gesto vacinal), com as seguintes especificações técnicas: 1. contra as seguintes cepas: <ul style="list-style-type: none">• Uma cepa viral semelhante ao vírus influenza A/Brisbane/02/2018 (H1N1)pdm09;• Uma cepa viral semelhante influenza A/South Australia/34/2019 (H3N2);• Uma cepa viral semelhante o vírus influenza B/Washington/02/2019 (linhagem B/Victoria); e• Uma cepa viral semelhante ao vírus influenza B/Phuket/3073/2013 (linhagem B/Yamagata). 2. apresentação: seringa preenchida pronta para uso – 0,5ml; 3. O prazo de validade dos medicamentos deverá ser de: no mínimo 06 (seis) meses , contados da entrega. 4. As vacinas ofertadas deverão ser registradas no Ministério da Saúde . | | |
| UNIDADE | QTDE | PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO | PREÇO TOTAL MÁXIMO |
| Dose | 681 | R\$ 77,15 | R\$ 52.539,15 |
| INTERVALO MÍNIMO ENTRE OS LANCES NA DISPUTA | | | R\$ 350,00 |

| GRUPO 01 (formado pelos itens 02 e 03): Aplicação (gesto) e armazenamento das vacinas. | | | |
|----------------------------------------------------------------------------------------|--------------------|-----------|---------------|
| ITEM 02 | Local de aplicação | Unidade | Quantidade |
| | Campo Grande/MS | Gesto | 447 |
| Valor unitário | | R\$ 35,60 | Valor total |
| | | | R\$ 15.913,20 |
| INTERVALO MÍNIMO ENTRE OS LANCES NA DISPUTA | | | R\$ 200,00 |

| ITEM 03 | Local de aplicação | Unidade | Quantidade |
|---------|----------------------------------------|---------|------------|
| | Municípios do interior do Estado de MS | Gesto | 234 |

| Valor unitário | R\$ 40,30 | Valor total | R\$ 9.430,20 |
|---------------------------------------------|-----------|-------------|--------------|
| INTERVALO MÍNIMO ENTRE OS LANCES NA DISPUTA | | | R\$ 100,00 |

| | |
|--------------------------------------------------------------|---------------|
| VALOR TOTAL MÁXIMO DO GRUPO 01 (Somatório dos itens 02 e 03) | R\$ 25.343,40 |
|--------------------------------------------------------------|---------------|

1.1. Em caso de divergência entre a descrição dos materiais/serviços indicado no SIASG/COMPASNET e a constante deste Termo de Referência, prevalecerá esta última.

2. Nos termos do inciso II, § 2º, Art. 65 da Lei nº 8.666/93, no caso de não haver a aquisição de algum dos itens desta licitação, reserva-se ao TRE/MS a faculdade de não efetivar a contratação dos demais itens.

2.1. O procedimento previsto na cláusula acima se justifica pela natureza da aquisição/contratação, ou seja, caso não sejam adquiridas as vacinas não há razão para efetivar a contratação do gesto vacinal e vice-versa.

3. O agrupamento dos **itens 2 e 3** (gesto vacinal) é necessário a fim de padronizar o atendimento aos usuários, facilitar o gerenciamento e o planejamento da campanha de vacinação, além de garantir que haverá vacinação aos servidores do interior do Estado.

CAPÍTULO III – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E RECEBIMENTO DAS VACINAS

1. As vacinas deverão ser entregues na sede deste Tribunal, aos cuidados de servidor lotado na **Secretaria de Gestão de Pessoas**, sito na Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 23, Parque dos Poderes, Campo Grande/MS, das 12:00h as 18:00h.

1.1 A empresa poderá agendar previamente o dia e horário e local para a entrega das vacinas.

1.2 O agendamento será realizado pela **Assessora de Políticas de Saúde, Sra. Viviane de Paula** ou pelo servidor *José Ilton*, no horário de 12:00 h às 18:00 h, de segunda à sexta-feira, através do telefone (67) 2107-7048.

1.3 A critério da contratante, poderá ser indicado outro local de entrega para as vacinas, desde que esteja situado no município de Campo Grande/MS.

2. O PRAZO MÁXIMO DE ENTREGA das vacinas será **de 10 (dez) dias**, contados do recebimento da nota de empenho.

3. Caso a empresa verifique a impossibilidade de cumprir com o prazo de entrega estabelecido, deverá encaminhar ao TRE/MS solicitação de prorrogação de prazo de entrega, da qual deverão constar: motivo do não cumprimento do prazo, devidamente comprovado, e o novo prazo previsto para entrega.

4. A solicitação de prorrogação de prazo será analisada pelo TRE/MS na forma da lei e de acordo com os princípios de razoabilidade e proporcionalidade, informando-se à empresa da decisão proferida.

5. Em caso de denegação da prorrogação do prazo de entrega, e caso não cumpra o prazo inicial, o fornecedor ficará sujeito às penalidades previstas para atraso na entrega.

6. Os recebimentos provisório e definitivo das vacinas ficarão a cargo de servidor lotado na **Secretaria de Gestão de Pessoas e/ou na Assessoria de Políticas de Saúde**, ou ainda, pelo titular do **Departamento de Assistência Médica**.

7. O recebimento provisório será efetuado no momento da entrega, ou em **até 2 (dois) dias** úteis desta, compreendendo, dentre outras, as seguintes verificações:

- a) condições da embalagem e/ou das vacinas, prazo de validade;
- b) quantidade entregue;

c) apresentação do documento fiscal, com identificação do fornecedor e do comprador (TRE/MS), descrição do material entregue, quantidade, preços unitário e total.

8. Atendidas as condições indicadas na **cláusula 7** acima, será registrado o recebimento provisório mediante atestado no verso da Nota Fiscal, ou, em termo próprio.

8.1. O atestado de recebimento registrado em canhoto de nota fiscal, ou documento similar, não configura o recebimento definitivo do material.

9. O recebimento definitivo deverá ser efetuado em **até 5 (cinco)** dias úteis, contados da data do recebimento provisório, satisfeitas as condições abaixo:

a) compatibilidade das vacinas entregues com as especificações exigidas neste Termo de Referência e constantes da proposta da empresa fornecedora;

b) conformidade do documento fiscal quanto à identificação do comprador (TRE/MS), descrição do material entregue, quantidade, preços unitário e total.

10. Verificada alguma falha no fornecimento, será feito o registro formal e informado à empresa fornecedora, para que proceda à sua correção no prazo de **até 5 (cinco)** dias úteis.

10.1. Ao prazo previsto neste item, aplica-se o disposto nos **itens 3 a 5** deste Capítulo.

11. Competirá ao fornecedor arcar com ônus da retirada dos produtos cujas características se mostrem diversas das exigidas no instrumento convocatório.

12. O TRE/MS providenciará a guarda do produto entregue em desconformidade por 60 (sessenta) dias, contados da notificação ao fornecedor.

12.1. Decorrido o prazo disposto na cláusula anterior, e não sendo retirado o produto pelo fornecedor, o Tribunal não mais se responsabilizará pela guarda dos produtos, restando autorizado a promover a destinação que melhor aprouver ao interesse público.

CAPÍTULO IV – DO GESTO VACINAL E ARMAZENAMENTO DAS VACINAS

1. Para os **itens 02 e 03** a contratada será responsável pela conservação/armazenamento e aplicação das vacinas (gesto vacinal).

2. A contratada deverá retirar as vacinas no prédio-sede deste Tribunal, no endereço indicado na **cláusula 3**, momento a partir do qual estará responsável pelo armazenamento.

2.1. A contratada deverá dispor de meios para armazenamento garantindo sua perfeita conservação, nos termos do inciso IV, art. 4º da Portaria Conjunta ANVISA/FUNASA nº 01, de 02 de agosto de 2000.

3. Os locais de aplicação das vacinas e respectivas quantidades estão indicadas no quadro abaixo:

| Municípios contemplados | Endereço de aplicação das vacinas | Quantidade |
|--------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------|
| ÁGUA CLARA | Cartório da 23ª Zona Eleitoral Avenida Júlio Maia, nº 1174, Sala 4 – Centro. Telefone: (67)3239-1507 e (67) 3239-1089 | 02 |
| AMAMBAÍ | Cartório da 1ª Zona Eleitoral Rua Antônio Martins Dutra, nº 1521 – Centro. Telefone: (67)3481-1559 e (67) 3481-1527 | 07 |
| ANASTÁCIO | Cartório da 49ª Zona Eleitoral Rua Juscelino Kubitschek, n.º 1495 – Centro Telefones: (67)3245-1381 e (67)3245-1281 | 02 |
| ANAUROLÂNDIA | Cartório da 6ª Zona Eleitoral Avenida Mato Grosso, nº 372, Centro. Telefone: (67)3445-1822 | 01 |
| ANGÉLICA | Cartório da 27ª Zona Eleitoral Rua Treze de Maio, nº 676 - Centro Cívico. Telefone: (67)3446-1256 | 01 |

| | | |
|----------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| ANTÔNIO JOÃO | Cartório da 52ª Zona Eleitoral Avenida Wilmar Martinez Marques, nº 385 – Centro. Telefone: (67)3435-2173 | 01 |
| APARECIDA DO TABOADO | Cartório da 24ª Zona Eleitoral Rua Mato Grosso do Sul, nº 3881 – Jardim Brandini II. Telefone (67) 3565-1859 e (67) 3565-5282 | 04 |
| AQUIDAUANA | Cartório da 10ª Zona Eleitoral Rua Nilza Ferraz Ribeiro, nº 400 – Bairro Cidade Nova. Telefone: (67)3241-2671 e (67)3241-5194 | 08 |
| ARAL MOREIRA | Cartório da 19ª Zona Eleitoral Rua Bento Marques, nº 795, – Centro. Telefone: | 01 |
| BANDEIRANTES | Cartório da 34ª Zona Eleitoral Rua Arthur Bernardes, nº 4032 – Centro. Telefones: (67)3261-1399 e (67)3261-2011 | 02 |
| BATAGUASSU | Cartório da 6ª Zona Eleitoral Rua Odorilho Ferreira, nº 248 – Centro. Telefone: (67)3541-1557 | 09 |
| BELA VISTA | Cartório da 17ª Zona Eleitoral Avenida Manuel Rodrigues de Oliveira, nº 762 – Centro Telefones: (67)3439-1842 e (67)3439-2745 | 01 |
| BODOQUENA | Cartório da 15ª Zona Eleitoral Rua Waldomiro Maciel, nº 785 – Centro. Telefone: (67)3268-1017 | 01 |
| BONITO | Cartório da 30ª Zona Eleitoral Rua Olívio Jacques, nº 849 – Vila Donária Telefones: (67)3255-1400 e (67)3255-2341 | 06 |
| BRASILÂNDIA | Cartório da 41ª Zona Eleitoral Rua Bartolomeu Viana Calvacante, nº 183 – Jardim Camargo. Telefone: (67)3546-1500 | 04 |
| CAARAPÓ | Cartório da 28ª Zona Eleitoral Rua 15 de Novembro, nº 215 – Centro. Telefone: (67)3453-1895 e (67)3453-1269 | 04 |
| CAMAPUÃ | Cartório da 14ª Zona Eleitoral Rua João da Mota, nº 461 – Bairro Vila Diamantina Telefone: (67)3286-1399 e (67) 3286-5138 | 04 |
| CAMPO GRANDE | Prédio sede do TRE/MS Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, nº 23 – Parque dos Poderes. Telefone (67) 2107-7048 | 447 |
| CHAPADÃO DO SUL | Cartório da 48ª Zona Eleitoral Avenida Mato Grosso do Sul, nº 395 – Bairro Parque União. Telefone: (67)3562-1162 e (67)3562-1684 | 07 |
| CORONEL SAPUCAIA | Cartório da 19ª Zona Eleitoral Rua Waldomiro Maciel, nº 785 – Centro. Telefone: (67) 3483 2539 | 01 |

| | | |
|-----------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| CORUMBÁ | Cartório da 7ª e 50ª Zonas Eleitorais Rua Duque de Caxias, nº 45 – Bairro Nossa Senhora de Fátima. Telefone: (67)3231-6411 e (67)3233-3885 | 12 |
| COSTA RICA | Cartório da 38ª Zona Eleitoral Rua José Pereira da Silva, nº 373 – Bairro Santos Dumont Telefone: (67)3247-1131 | 06 |
| COXIM | Cartório da 12ª Zona Eleitoral Rua General Mendes de Moraes, nº 86 – Bairro Jardim Aeroporto. Telefone: (67)3291-3130 e (67)3291-8984 | 04 |
| DEODÁPOLIS | Cartório da 39ª Zona Eleitoral Av. Genário da Costa Matos, nº 730 – Centro Telefones: 67)3448-1143 e (67)3448-2613 | 04 |
| DOIS IRMÃOS DO BURITI | Posto de Atendimento Rua Vicente Anastácio, Bloco C 2 – Bairro Jardim Londrina. Telefone: (67) 3243-1381 e (67)3243-1381 | 01 |
| DOURADOS | Cartório da 18ª e 43ª Zonas Eleitorais Rua Montese, nº 435 – Bairro Jardim Londrina. Telefone: (67) 3422-1656 e (67)3421-0460 | 30 |
| ELDORADO | Posto de Atendimento Eleitoral - ELDORADO Rua Brasil 1096 Telefone: (67)3473-1608 | 03 |
| FÁTIMA DO SUL | Cartório da 4ª Zona Eleitoral Rua Ipiranga, nº 841 – Centro Telefone: (67)3467-1807 e (67)3467-3329 | 06 |
| GLÓRIA DE DOURADOS | Posto de Atendimento Eleitoral – Glória de Dourados Av. Presidente Getúlio Vargas nº 1895 - Centro Telefone: (67)3466-1347 | 01 |
| IVINHEMA | Cartório da 27ª Zona Eleitoral Rua Francisco Pieretti, nº 211 – Bairro Guiray. Telefone: (67)3442-5643 e (67)3442-1069 | 04 |
| JARDIM | Cartório da 22ª Zona Eleitoral Rua Amazonas, nº 214 – Bairro Angélica Telefone: (67)3251-2229 e (67)3251-1953 | 05 |
| JATEÍ | Cartório da 4ª Zona Eleitoral Rua José Cornélio de Souza, s/nº – Centro. Telefone: (67)3465-1388 | 01 |
| MARACAJU | Cartório da 16ª Zona Eleitoral Rua Appa, nº 101 – Centro Telefone: (67)3454-1720 e (67)3454-2922 | 02 |
| MIRANDA | Cartório da 15ª Zona Eleitoral Rua 7 de setembro, nº 861 – Centro Telefone: (67)3242-1105 e (67)3242-4426 | 05 |
| MUNDO NOVO | Cartório da 33ª Zona Eleitoral Rua Tupinambá, nº 69 – Centro Telefone: (67)3474-2191 e (67)3474-3893 | 05 |
| NAVIRAÍ | Cartório da 2ª Zona Eleitoral Avenida Iguatemi, nº 159 – Centro | 04 |

| | | |
|--------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| | Telefone: (67)3461-1716 e (67)3461-9009 | |
| NIOAQUE | Cartório da 45ª Zona Eleitoral Rua Primeiro de Março, n.º 167 Telefones: (67)3236-1192 e (67)3236-2045 | 07 |
| NOVA ANDRADINA | Cartório da 05ª Zona Eleitoral Rua Walter Hubacher, nº 1220 – Centro Telefones: (67)3441-1789 e (67)3441-2855 | 12 |
| PARANAÍBA | Cartório da 13ª Zona Eleitoral Rua José Robalinho da Silva, nº 235 – Bairro Jardim Santa Mônica. Telefone: (67)3503-1086 | 04 |
| PEDRO GOMES | Cartório da 26ª Zona Eleitoral Rua Cáceres, nº 282 – Centro. Telefone: (67)3230-1297 | 01 |
| PONTA PORÁ | Cartório da 19ª e 52ª Zonas Eleitorais Rua Baltazar Saldanha, nº 1591 – Bairro da Saudade. Telefone: (67)3431-3331 e (67)3431-3864 | 08 |
| PORTO MURTINHO | Cartório da 20 Zona Eleitoral Rua Coronel Ponce, 439 Telefones: (67)3287-1135 , (67)3287-1046 | 01 |
| RIBAS DO RIO PARDO | Cartório da 32ª Zona Eleitoral Rua Nelson Lyrio, nº 2354 – Centro Telefones: (67)3238-1476 e (67)3238-2498 | 03 |
| RIO BRILHANTE | Cartório da 11ª Zona Eleitoral Rua Rio Brilhante, nº 1114 – Vila Maria Telefone: (67)3456-7144 e (67)3452-3085 | 03 |
| RIO NEGRO | Posto de Atendimento – Rio Negro Avenida Brasil, nº 990 – Centro Telefone: (67)3278-1862 e (67)3278-2225 | 01 |
| RIO VERDE DE MATO GROSSO | Cartório da 21ª Zona Eleitoral Av. Dom Pedro II, nº 221 – Centro Telefone: (67)3292-1832 | 03 |
| SANTA RITA DO PARDO | Cartório da 41ª Zona Eleitoral Rua Reni Campos de Araújo, nº 684 – Centro Telefone: (67)3591-2304 | 01 |
| SÃO GABRIEL DO OESTE | Cartório da 40ª Zona Eleitoral Rua São Paulo, n.º 2305 – Centro Telefones: (67)3295-6534 e (67)3295-6535 | 05 |
| SIDROLÂNDIA | Cartório da 31ª Zona Eleitoral Rua Minas Gerais, nº 1346 – Centro Telefones: (67)3272-1904 e (67)3272-5797 | 05 |
| SONORA | Cartório da 26ª Zona Eleitoral Rua da Saudade, nº 1048 – Centro Telefone: (67)3254-3958 e (67)3254-1389 | 03 |
| TACURU | Posto de Atendimento Eleitoral - TACURU R. Luis Menão, 550 Telefone: (67)3478-1483 | 01 |
| TRÊS LAGOAS | Cartório da 9ª e 51ª Zonas Eleitorais Rua Alfredo Justino, nº 1100 – Centro Telefone: (67)3521-5364 e (67)3522-1076 | 17 |

3.1. Em virtude da possibilidade de remoção e/ou férias de servidores, poderá haver alteração na quantidade de gesto vacinal indicado nos municípios acima.

3.1.1. Ocorrendo situação prevista na cláusula acima, os servidores e seus dependentes poderão receber o gesto vacinal em Campo Grande nos locais indicados na **cláusula 5.1**.

4. A contratada deverá elaborar Plano de Vacinação, contendo as datas e horários do gesto vacinal para cada município indicado na **cláusula 3**.

4.1. O Plano de Vacinação deverá ser entregue, ao fiscal da contratação, em **até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da nota de empenho**.

4.2. O Plano de Vacinação, a critério da contratada, poderá sofrer alterações podendo ser agendadas novas datas para o gesto vacinal.

5. O gesto vacinal deverá ocorrer em dias úteis, no horário de expediente deste Tribunal e dos Cartórios Eleitorais.

5.1. Para o município de Campo Grande/MS a contratada deverá proceder à aplicação das vacinas no Departamento de Assistência Médica, no endereço indicado na **cláusula 3**.

5.1.1. A execução dos serviços descrita na cláusula 4.1 deverá ser realizada no decorrer de 15 (quinze) dias úteis, no período das 12:00h as 18:00h.

5.2. A empresa contratada também deverá disponibilizar o gesto vacinal em clínica/laboratório/hospital situado no município de Campo Grande/MS, durante o período de validade das vacinas, sendo que a execução dos serviços deverá ocorrer em horário similar ao horário comercial local, podendo ser aplicada, inclusive, aos sábados.

5.3. Para os municípios situados no interior do Estado, a contratada deverá prever no mínimo 06 (seis) horas corridas para o gesto vacinal, no horário de funcionamento do Cartório Eleitoral.

6. A contratada deverá entregar o “Certificado de Vacinação Individual” e reconhecido pela Secretaria de Saúde, para cada pessoa vacinada.

7. Caso a empresa verifique a impossibilidade de cumprir com o prazo de início dos trabalhos estabelecido, bem como a impossibilidade de cumprir com os períodos de aplicação indicados no Plano de Vacinação, deverá encaminhar ao TRE/MS solicitação de prorrogação de prazo, da qual deverão constar: motivo do não cumprimento do prazo e/ou da interrupção da aplicação, devidamente comprovado, e o novo prazo previsto para o início/reinício da aplicação das vacinas.

8. A solicitação de prorrogação de prazo será analisada pelo TRE/MS na forma da lei e de acordo com os princípios de razoabilidade e proporcionalidade, informando-se à empresa da decisão proferida.

9. Em caso de denegação da prorrogação do prazo, e caso não cumpra o prazo inicial, a contratada ficará sujeita às penalidades previstas para atraso.

CAPÍTULO V – DA FISCALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO E DA APLICAÇÃO DAS VACINAS

1. A fiscalização, o acompanhamento e a orientação relativos ao fornecimento, bem como à aplicação das doses vacinais, ficarão a cargo de servidor ou comissão de servidores, pertencentes ao quadro do TRE/MS, lotados na Secretaria de Gestão de Pessoas, designado (s) para esse fim.

2. O contato entre o Tribunal e a empresa contratada será mantido, prioritariamente, por intermédio da Fiscalização.

3. Caberão à fiscalização as seguintes funções:

- a) requisitar o fornecimento e a aplicação das vacinas;
- b) fornecer à contratada relação das pessoas que serão contempladas com o gesto vacinal.
- c) acompanhar, coordenar e fiscalizar o fornecimento e a aplicação das doses vacinais;
- d) conferir a efetiva aplicação das vacinas adquiridas;

e) controlar todos os prazos de aplicação das vacinas estabelecidos neste Termo de Referência, devendo informar à Administração os casos de descumprimento para fins de análise de aplicação de sanções administrativas.

f) manter registro das ocorrências relacionadas ao fornecimento/aplicação, para fins de acompanhamento do desempenho da contratada;

g) comunicar à contratada as falhas detectadas, através de Ordem de Serviço (O.S.) numerada e, de preferência, em 2 (duas) vias, uma das quais será visada pela empresa, só assim produzindo seus efeitos;

h) conferir e atestar a Nota Fiscal/Fatura emitida pela empresa contratada, encaminhando-a para pagamento;

i) outras atribuições pertinentes à contratação ou que lhe forem conferidas pela Administração.

CAPÍTULO VI – DA NOTA FISCAL/FATURA E DOS DOCUMENTOS QUE DEVEM ACOMPANHÁ-LA

1. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida, preferencialmente, em meio eletrônico e conter a indicação do material e/ou serviço prestado, conforme a discriminação da Nota de Empenho, quantidade, e os preços unitário e total.

2. Para fins de atendimento a IN/RFB 1.234, de 11/01/2012 (alterada pela IN/RFB 1.244/2012), a empresa deverá informar no documento fiscal os valores detalhados das contribuições federais a serem retidos na operação, exceto se a empresa for OPTANTE PELO SIMPLES.

CAPÍTULO VII – DO PAGAMENTO

1. O pagamento será efetuado, mediante depósito em conta-corrente registrada em nome da pessoa jurídica vencedora do certame licitatório, no prazo de 7 (sete) dias úteis após o recebimento definitivo pela fiscalização, e/ou do recebimento do documento fiscal.

1.1. Para o item 01 o pagamento será único e realizado após o recebimento definitivo das vacinas adquiridas.

1.2. Para os itens 02 e 03 as notas fiscais deverão ser emitidas de acordo com a prestação dos serviços, podendo ser quinzenal ou após o encerramento da aplicação em cada município contemplado.

2. O procedimento de pagamento da Nota Fiscal só se efetivará após o Recebimento Definitivo e mediante a comprovação da existência de conta bancária válida e ativa em nome da empresa, além da regularidade fiscal (INSS/FGTS) e trabalhista.

3. Será retida na fonte, caso a empresa não seja OPTANTE PELO SIMPLES, sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura, a alíquota dos seguintes impostos:

a) Imposto de Renda, Contribuição Social Sobre Lucro Líquido-CSLL, Cofins e Pis/Pasep, nos termos da Lei 9.430/96, salvo opção da empresa pelo SIMPLES – Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e empresas de Pequeno Porte, hipótese em que o fornecedor deverá comprovar a Opção;

b) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, se este for devido.

4. Em caso de atraso no pagamento por parte do Tribunal, os valores a serem pagos serão atualizados, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento, mediante a aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos Moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado: $i = \text{taxa percentual anual do valor de } 6\%, I = i / 365 \rightarrow I = (6/100) / 365$.

CAPÍTULO VIII – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. Em caso de descumprimento de cláusulas deste Contrato e Termo de Referência, será instaurado processo administrativo para apuração da responsabilidade, no qual a contratada será imediatamente notificada, preferencialmente por meio eletrônico, para apresentar Defesa Prévia, contendo justificativa e documentação probatória, se houver, sob pena da aplicação das sanções cabíveis, garantido o contraditório e a ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

Parágrafo Único. A CONTRATADA deverá confirmar expressamente o recebimento da notificação, considerando-se totalmente ciente do teor da comunicação após o prazo de 1 (um) dia útil da data de envio da mensagem eletrônica registrada no SEI (sistema de gestão processual eletrônico utilizado pelo TRE/MS).

2. Será aplicada **ADVERTÊNCIA** por escrito nos casos literalmente indicados neste Termo de Referência, e nos casos de incorreções de menor gravidade, assim analisados pelo TRE/MS, tais como:

a) falhas durante a execução do fornecimento, não corrigidas em até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do comunicado formal à empresa;

b) sempre que for verificada alguma falha de pequeno porte, assim entendida pela fiscalização, e não disciplinada de forma diversa neste Termo de Referência ou no atraso na entrega dos materiais em até 5 (cinco) dias.

3. Será aplicada **MULTA**:

a) de **0,67%** (zero vírgula sessenta e sete por cento), sobre o valor total da contratação, referente ao item e por dia de **atraso** superior a 5 dias, na **entrega do material, na retirada ou na prestação do serviço de gesto vacinal**, contada desde o primeiro dia de atraso até o 30 (trigésimo) dia. A partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de aplicação de multa, a Administração motivadamente poderá a qualquer momento entender caracterizada a inexecução total da contratação, passível de rescisão;

b) de **5%** (cinco por cento) sobre o valor total da contratação referente ao item, por ocorrência, no caso de **atraso ou não emissão/encaminhamento do documento fiscal hábil (nota fiscal) necessário para pagamento**;

c) de **10%** (dez por cento) sobre o valor total da contratação, caso a **entrega ou prestação do serviço esteja em desacordo com o contratado**, no aspecto quantitativo e/ou qualitativo;

d) de **15%** (quinze por cento) sobre o valor total da contratação, no caso de **desatendimento de cláusulas do Termo de Referência**, principalmente, no tocante à conservação das vacinas e plano de vacinação;

e) de **20%** (vinte por cento) do valor total da contratação, se a contratada recusar-se a prestar o serviço sem motivo consistente devidamente apurado pelo Tribunal, ou, se por falhas sucessivas ou por total descumprimento das condições estabelecidas, levar o Tribunal ao **cancelamento da contratação**, sendo cumulada com as demais multas aplicadas anteriormente.

3.1. O CONTRATANTE poderá efetuar a retenção do valor da multa moratória presumida, até o limite de 20% (vinte por cento), dos pagamentos devidos à contratada.

3.1.1. A retenção perdurará até a finalização do procedimento administrativo instaurado para a apuração das falhas contratuais, e o valor será restituído à contratada, em caso de não aplicação da penalidade de multa.

3.1.2. Caso o valor da multa aplicada extrapolar o valor retido, serão adotadas as providências previstas nos subitens 3.2 e 3.3 abaixo;

3.2. Aplicada a penalidade, a CONTRATADA será notificada para recolher o valor da multa, por meio de GRU, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da notificação;

3.3. Caso não haja recolhimento, a multa :

a) poderá ser compensada por créditos da contratada relativos ao mesmo contrato;

b) poderá ser descontada do valor da garantia, quando houver, caso não houver créditos ou se estes forem insuficientes para cobrir o valor total da multa;

c) poderá ser encaminhada para inscrição em Dívida Ativa da União, após esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA.

3.4. Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da notificação do CONTRATANTE.

3.5. A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas nesta cláusula.

4. Será aplicada a penalidade de **IMPEDIMENTO DE CONTRATAR** com a União, por prazo não superior a 5 (cinco) anos, sem prejuízo da multa:

- a) convocados, dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato ou assinar a ata de registro de preços;
- b) deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa;
- c) não manter a proposta no certame licitatório;
- d) comportar-se de modo inidôneo durante o procedimento licitatório ou na fase de execução contratual;
- e) ensejar o retardamento do objeto contratado;
- f) cometer fraude fiscal;
- g) falhar, ou fraudar, na execução do contrato

5. Será aplicada a penalidade de **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE** para licitar e contratar com a União, expedida na forma da lei, para os casos de inexecução total ou parcial do contrato que venham a onerar a execução da avença para o TRE/MS, avaliado o dano gerado em cada ocorrência, considerando-se a peculiaridade do fato concretamente sobrevindo.

5.1. A Declaração de Inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública perdurará até que a Contratada venha a ressarcir o TRE-MS pelos prejuízos eventualmente causados.

6. Na aplicação das sanções, serão consideradas a gravidade da conduta praticada, a intensidade do dano provocado, a reincidência e o caráter educativo da pena, segundo os critérios de razoabilidade e proporcionalidade.

6.1. Em caso de reincidência, a multa poderá ser majorada até o dobro.

6.2. Para determinar a reincidência, serão considerados os antecedentes da contratada nos últimos cinco anos, contados da primeira decisão administrativa definitiva de aplicação de penalidade perante o CONTRATANTE.

7. Da aplicação das sanções de multa e suspensão caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação do ato, à autoridade superior do TRE/MS.

7.1. No caso de Declaração de Inidoneidade, caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da intimação do ato.

8. As penalidades serão registradas no Sistema de Cadastramento de Fornecedores — SICAF, bem como em cadastro interno de inadimplentes para fins de aplicação do subitem 6.

CAPÍTULO IX - DOS DIREITOS E DEVERES DO TRE/MS

1. Requisitar o fornecimento das vacinas e a prestação dos serviços, na forma prevista neste Termo de Referência.

2. Exigir do fornecedor o fiel cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação.

3. Verificar a manutenção pelo fornecedor das condições de habilitação estabelecidas na licitação.

4. Aplicar penalidades ao fornecedor, por descumprimento contratual.

5. Efetuar o pagamento ao fornecedor, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos neste Termo de Referência.

CAPÍTULO X - DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

1. Realizar o fornecimento e prestar os serviços decorrente desta contratação na forma e condições determinadas no Edital e neste Termo de Referência.

2. Manter, durante todo o prazo de execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de habilitação da licitação.

3. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionada ao fornecimento, sendo de inteira responsabilidade do fornecedor a contratação de funcionários necessários à perfeita execução do fornecimento.

4. O fornecedor fica, nos termos do § 1º do artigo 65 da Lei 8.666/93, obrigado a aceitar os acréscimos ou supressões de até 25 % (vinte e cinco por cento) que se fizerem necessários.

5. Receber os valores que lhe forem devidos pelo fornecimento dos produtos, na forma disposta neste Termo de Referência.

Campo Grande/MS, fevereiro de 2020.

TRE/MS